

Volume

2

ISSN 0104-6551

Série Documental

RELATOS DE PESQUISA

2ª Edição

6

Ação Cultural e Educacional da Biblioteca  
no Âmbito da Escola de 1º Grau

7

Metodologia da Alfabetização de Adultos:  
um balanço da produção do conhecimento

8

O Visitante Inoportuno: o estudo da escola  
num grupo tribal

9

Do Discurso da Greve à Ação do Nepe:  
uma forma diferente de fazer/conceber  
a universidade

10

Efeitos da Simulação Computadorizada  
no Ensino da Atividade de Visita Domiciliar

11

A Prática Cotidiana dos Profissionais  
da Educação em Escolas Públicas: a difícil  
relação teoria-prática

12

Municipalização do Ensino: discurso oficial  
e condições concretas de implantação

13

Avaliação das Experiências de Educação  
de Jovens/Adultos de Santa Catarina

14

O Perfil Sociocultural de Alguns  
Trabalhadores do Ensino de 2º Grau  
Mediante seu Cotidiano

15

Descentralização, Política Municipal  
de Educação e Participação no Município  
de São Paulo

16

A Realidade da Preparação para o Trabalho  
na 2ª Região Escolar São Leopoldo (RS)

17

Qualidade de Ensino:  
velho tema, novo enfoque

# A Realidade da Preparação para o Trabalho na 2ª Região Escolar – São Leopoldo (RS)\*

Egídio Schmitz (Coordenador)

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasceu de pesquisa realizada numa região densamente industrializada, na qual há necessidade de muitos técnicos formados. O objetivo geral da pesquisa foi levantar a realidade da educação técnica na Região, além de analisar os problemas e dificuldades que ela está encontrando.

Para colhermos dados mais seguros e confiáveis, aplicamos questionários a professores e alunos de nove das 18 escolas técnicas existentes na Região e entrevistamos administradores das escolas, dirigentes de sindicatos patronais e operários, bem como dirigentes de entidades sociais e de outras associações. Os objetivos previstos foram plenamente alcançados.

## PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E FORMAÇÃO TÉCNICA

Na maioria dos países existe, além da escola de 2º grau regular, ou humanista, a escola de preparação de técnicos de grau intermediário. Geralmente esses estudos são terminais, pois preparam os seus formados para o exercício de uma profissão sem a necessidade de que freqüentem um curso superior. Esta formação apresenta duas vantagens: 1) oferece formação técnica ou politécnica de alto nível a grande número de jovens que se tornam operários de boa formação, e 2) evita-se a procura exagerada dos cursos superiores, aos quais nem todos os jovens candidatos poderiam ter acesso.

No Brasil, a Lei Federal nº 5.692/71 procurou oferecer a todos os jovens a possibilidade de adquirir qualificação para o trabalho no ensino de

2º grau. Como este desiderato não foi alcançado, devido à falta de escolas técnicas, de boas instalações, bem como de professores preparados para esse tipo de ensino, esta Lei foi modificada pela Lei Federal nº 7.044/82, que tornou facultativa a qualificação para o trabalho, introduzindo em seu lugar a preparação para o trabalho.

Um dos grandes problemas que inviabilizaram a qualificação ou a preparação para o trabalho foi a falta de professores habilitados para essa função. Procurou-se obviar essa dificuldade procurando preparar professores que pudessem de alguma forma corresponder à necessidade de formação técnica ou politécnica. Criaram-se os Esquema 1 e 2, oferecendo a formados em matérias técnicas de 2º ou 3º grau a possibilidade de habilitar-se didaticamente para a docência no grau técnico.

Já a Lei Federal nº 4.024/61 no artigo 51, que foi vetado se preocupara com a formação técnica, obrigando as empresas a fornecer formação técnica aos seus trabalhadores (LDB, 1968, p. 11). Houve uma época em que existiam, ao menos no Estado do Rio Grande do Sul, os Ginásios Orientados para o Trabalho (GOTs), que foram desativados, apesar de terem produzido alguns resultados apreciáveis.

A Lei Federal nº 5.692/71 foi regulamentada em parte pelo Parecer CFE 76/75, que diz o seguinte:

- 1º O ensino de 2º grau, visando à formação integral de adolescentes, deverá conciliar a educação geral e a educação para o trabalho.
- 2º Os concluintes desse grau deverão estar aptos a:
  - a) prosseguir seus estudos;

\* Publicado originalmente na Série Documental/Relatos de Pesquisa, n. 16, fevereiro de 1994, como artigo-síntese, exigência do contrato de financiamento de pesquisa nº 13/90, firmado entre o Inep e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), cuja conclusão se deu em julho de 1992.

- b) ingressar no trabalho, por ter adquirido uma habilitação específica básica ou parcial, completando a parte operacional de sua formação no emprego;
- c) ingressar no trabalho, por ter adquirido uma habilitação específica de técnico de nível médio;
- d) concluir sua formação técnica em escola que ministre cursos específicos, caso deseje obter um diploma correspondente a uma habilitação completa de 2º grau (CFE, 1975, p. 19-20).

O Parecer continua especificando o que entende por educação profissionalizante, que não é a “transmissão de um conhecimento técnico limitado”, mas procura “permitir ao aluno melhor compreensão do mundo em que vive”, ao passo que “treinamento profissional é a aquisição de técnicas específicas para a realização de um determinado tipo de trabalho” (CFE, 1975, p. 20-21). Mas para isso faltam profissionais de ensino qualificados (Paro, 1983, p. 14).

Surgiram algumas iniciativas dum sistema paralelo de ensino, que são as escolas técnicas, como as do Senai, Senac e Pipmo, que se dedicam a este tipo de ensino (Paro, 1983, p. 36).

Mas o ensino técnico não deve restringir-se apenas à formação de técnicos, pois tem, além disso, a incumbência de oferecer, no dizer do artigo 1º da Lei nº 5.692/71 e da Lei nº 7.044/82, o desenvolvimento de todas as potencialidades do educando e sua preparação para o exercício consciente da cidadania, educação esta que se dá por meio de experiências diversificadas do currículo.

A educação especial visa ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, segundo Donadio (Marcovitch, 1983, p. 22-23). A ciência e a tecnologia podem, bem usadas, influir positivamente na melhoria da sociedade, contanto que sejam adequadas à realidade e não substituam a educação humanística.

No Brasil, no dizer de Teixeira, “As políticas voltadas à promoção da ciência e da tecnologia, em particular, não estão coordenadas de fato com as políticas orientadas para a industrialização” (Marcovitch, 1983, p. 88).

As políticas econômicas, com facilidade, não consideram a educação como instrumento para o desenvolvimento do País. Quando se fala em educação profissional, deve-se ter em mente o homem como um todo, como pessoa, e não apenas como um produtor de bens. Ele precisa desenvolver certos valores, pessoais e sociais, que darão sentido mais profundo e mais legítimo a toda sua atividade, também a profissional.

O Seminário Estadual sobre Política Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, realizado no 2º semestre de 1989, encarou este problema de frente. Sua importância consistiu em que se realizou por microrregiões, em todo o Estado, concluindo com um Seminário Geral. No Vale do Rio dos Sinos surgiram algumas sugestões muito importantes. Enfatizou-se a formação de profissionais e técnicos na Região, constatando-se como um dos maiores problemas a falta de professores habilitados a atuar nessa área, bem como a sua pouca valorização (Seminário Microrregional, 1989, item 5.2.1).

Propôs-se a valorização do professor em geral e, em especial, do professor de escola técnica, a formação de técnicos de 2º grau, a integração Universidade e Escolas Técnicas, a modernização ou atualização de bibliotecas e laboratórios, bem como a valorização do pesquisador, através da política de bolsas. Foram feitas 13 proposições, visando à ativação de uma política mais agressiva e integrada de Ciências e Tecnologia. Propôs-se, como culminância, a criação de um Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (I Seminário Microrregional, 1989, item 5.3). De fato, foi criada a Secretaria de Ciência e Tecnologia, tendo como setor responsável pelo financiamento das pesquisas a Fapergs, encarregada de executar a política de Ciência e Tecnologia, com verba fixa votada pela Assembléia Legislativa do Estado.

Franco (1988, p. 37) analisa a função da escola como preparação para a participação ativa, social, econômica e política, não apenas técnica, na sociedade:

... pensar numa escola de boa qualidade, pública e acessível, gratuita para toda a população. Implica receber o ensino do 2º grau, inclusive o ensino técnico capaz de instrumentalizar a

jovem população para trabalhar para a compreensão dos processos atuais dos trabalhos e das implicações de desenvolvimento da ciência e da tecnologia, assim para a atuação política no sentido da organização participativa e coletiva da sociedade.

Diz Limeira Tejo (1990, p. 4):

Sei que não resolveremos os problemas colocados pela expansão e complexibilidade da economia, se não partirmos (já e já) para uma campanha que, pelo menos no médio prazo, melhore e classifique a mão-de-obra. E isso tem que começar pela Universidade e obrigatoriamente da instrução primária.

Um das profissões são julgadas mais nobres que outras, embora todas elas recebam a sua nobreza da pessoa humana que as exerce e não do tipo de ação que é exercida, ou pelo seu objeto material. Afirma Paro (1983, p. 10):

O que nos revelam é uma composição de mão-de-obra com mais altos níveis de instrução nos ramos considerados mais dinâmicos, como “química e farmacêutica”, construção e reparação de veículos, “metalúrgica”, em contraste com níveis educacionais mais modestos em ramos tradicionais, como calçados e vestuário, “têxtil” e “produtos alimentícios”.

Na nossa Região, entretanto, está sendo muito valorizada a indústria do calçado, não se podendo, pois, generalizar as observações do autor, embora exista uma certa tendência a supervalorizar determinados setores de atividade.

O treinamento para determinada profissão é apenas um dos aspectos da pessoa, não sendo o fim da sua vida. A educação, no seu desenvolvimento físico, social e intelectual, no dizer de Souza e Silva (1984, p. 57),

não afasta do aluno, do conjunto curricular a ser vencido pelo aluno, a preparação para o trabalho na forma certa de sondagem de aptidão e iniciação para o trabalho em termos complementares ao currículo central, a ser ministrada na série (ou séries) melhor indicada pelo plano pedagógico da escola.

Por outro lado, a preparação para o trabalho não se dá apenas na escola, sendo ela um lugar onde se poderão sistematizar os conhecimentos, embora eles possam ser

alcançados perfeitamente fora da escola, como acontece, por exemplo, no Japão (Borrero Cabal, 1991/1992).

Se por um lado se reconhece o processo produtivo no local em que efetivamente ocorre a educação para o trabalho, também se sabe que esse aprendizado é parcial, fragmentado, assistemático, não permitindo que o trabalhador perceba os princípios que regem sua ação, apreenda o processo do trabalho em sua totalidade e controle, reforçando-se a dominação do trabalhador pelo processo de trabalho, planejado e controlado pelos “especialistas” (Kuenzer, 1985, p. 195).

O trabalhador gosta de ver seu trabalho valorizado, mas, no sistema capitalista de produção tanto liberal como estatal, ele participa pouco do produto do seu trabalho; com isto, perde o estímulo para a melhoria do seu desempenho. Para melhorar a produção, não basta formar ou treinar o trabalhador. É preciso valorizar o seu trabalho, prezando-o como pessoa e não apenas como executor de tarefas ou produtor de bens para outros.

A preparação para o trabalho, no Brasil, propriamente, já vem de tempos atrás, no pronunciamento de Castro e Fletcher (1985, p. 73), pela Reforma Gustavo Capanema, que visava ao ensino secundário e técnico industrial.

O ensino profissional era geralmente considerado como de segunda classe, sendo o ensino secundário para a formação das elites dirigentes e o profissional para os profissionais dirigidos (Castro, Fletcher, 1985, p. 74). Mas, na realidade, a formação de mão-de-obra qualificada se firmou com o surgimento do Senai e do Senac. Estes sistemas ofereciam cursos que duravam no máximo um ano e meio, combinando a formação tecnológica com matérias de cultura geral (Castro, Fletcher, 1972, p. 690).

O atendimento à demanda da economia por mão-de-obra qualificada só vai surgir como preocupação objetiva na década de 40, quando a Lei Orgânica do Ensino Industrial cria as bases para a organização de um “sistema de ensino profissional para a indústria”, articulando o funcionamento das escolas de aprendizes artífices (1942); é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) 1942 e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) 1946 (Kuenzer, 1988, p. 13).

A preparação para o trabalho pelas escolas facilmente apresenta uma deficiência: a teoria é ensinada dissociada da prática. A prática na escola é exercida, muitas vezes, com instrumental defasado. Exceção disso observamos em diversas escolas técnicas por nós visitadas e estudadas na nossa Região, em que se usa tecnologia bastante avançada.

Um dos maiores problemas enfrentados pelas escolas é a falta de professores qualificados. Assim, mesmo em escolas técnicas de alto nível, estão lecionando professores sem nenhum ou quase nenhum preparo didático-pedagógico.

Em vista dessas deficiências foram criados o Esquema 1 e o Esquema 2, de preparação de profissionais para serem professores de disciplinas técnicas. Mas esta foi uma solução de emergência, que foi inclusive abandonada. Por que não criar uma licenciatura para as áreas técnicas? A este respeito temos incisivo pronunciamento de Negro (1990, p. 11):

O professor de curso técnico de 2º grau ou inferior tem uma característica toda especial. Não basta que ele seja um profundo conhecedor da matéria, pois é necessário que ele tenha uma experiência prática. Engenheiros formados para pesquisas e projetos não foram preparados para dar aula prática em torneamento mecânico, por exemplo.

Para a formação de professores existem algumas experiências. Desta maneira, no dizer de Negro (1990, p. 11):

Desde 1978 as Escolas Técnicas do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais foram transformadas em Centros Federais de Formação Tecnológica (Cefets) No âmbito federal, apenas essas três instituições formam professores para o ensino profissionalizantes de 2º e 3º graus e de pós-graduação.

A iniciativa do Pipmo (Souza, Silva, 1984, p. 271) parece válida, contanto que não se reduza a um treinamento superficial de mão-de-obra semiquificada. O mais importante é criar condições para que as pessoas se sintam bem e realizadas no seu trabalho. Quanto à contratação de serviços a entidades especializadas, parece excelente, pois não é função do Governo Federal oferecer serviços diretos aos cidadãos, mas

administrar o País de tal modo que todos os cidadãos sejam atendidos nas suas necessidades por quem for competente.

Sobre a política de ciência e tecnologia, o I Seminário Microrregional se pronuncia:

3.2.1. A política em CXT do RS deverá ser definida, planejada e executada a partir das peculiaridades e necessidades regionais.

3.2.2. Para tanto, o Estado do Rio Grande do Sul deverá resgatar a estrutura e qualidade de ensino – hoje sucateada e deteriorada e dos quadros técnico-científico-pedagógicos em vista da formação de recursos humanos aptos.

Continuam as conclusões desse Seminário:

3.3.3. Para que as demandas tecnológicas possam ser atendidas, a Universidade deve assumir o compromisso de formar, através de programas de educação permanente, um novo professor e um novo pesquisador. Além desse compromisso, a Universidade deverá definir linhas de pesquisas engajando pesquisadores, professores e alunos. As linhas de pesquisa deverão nascer das necessidades regionais identificadas...

Mas para se formar o novo professor e o novo pesquisador, necessita-se partir de dados concretos da realidade regional, levantada e analisada através de pesquisas. Continua o mesmo Seminário:

6.2.4. A necessária interação entre ciências, necessidade da sociedade, comunidade e do setor produtivo deve: ir além do mero atendimento das demandas existentes, buscando soluções novas; procurar estabelecer as tendências futuras das experiências do setor produtivo e do mercado de consumo.

Um dos aspectos mais frisados pelo Seminário foi a necessidade de formar bem e prestigiar o professor das matérias técnicas nas escolas, como todos os professores. Devemos ter em conta, contudo, que a preparação para o trabalho, na escola e no trabalho, é algo muito mais abrangente do que a simples aprendizagem de algumas técnicas ou tecnologias. No dizer de

Nathanael de Souza e Eurides Brito da Silva (1984, p. 62):

... melhor do que treino para uma ocupação, deveria o educando receber uma tal preparação para o trabalho, combinada com uma sólida formação geral que, mesmo que a profissão para a qual foi qualificado diminuísse de importância ou mesmo desaparecesse do mercado por efeito de crises econômicas ou do progresso tecnológico, encontrasse ele meios para rapidamente reciclar-se e acomodar-se em novo tipo de emprego ou atividade. Isso, no entanto, só é possível para aqueles que, antes da preparação para o trabalho, foram adequadamente educados para a vida, com a compreensão dos princípios básicos das Ciências Exatas, Aplicadas e Sociais e o pleno desenvolvimento do seu potencial físico e intelectual.

Há que se ter sempre o cuidado para que a preparação para qualquer profissão não desumanize o homem, mas, antes, lhe forneça tal cabedal de aprendizagem que, com facilidade, ele possa se adaptar a novas circunstâncias que surjam. Neste mesmo sentido vai o pronunciamento de Moisés Brejon (1968, p. 65): “O ensino técnico deve ser utilitário, mas também não pode deixar de desenvolver a personalidade dos educandos de hoje, que serão os homens e os trabalhadores de amanhã”.

Convém notar que o autor já dizia isso em 1968, quando pouco se falava de educação técnica ou para o trabalho, revelando que é este um problema permanente de todos os tempos e não apenas dos nossos dias. Sobre a profissionalização destacamos o pronunciamento de Falkembach e outros (1989, p. 47), que fazem a seguinte proposta:

A opção dos egressos de 2º grau por um curso de profissionalização visa a possibilitar que, em dois anos de atividade produtiva e em práticas de laboratórios-oficinas e decodificação de teorias específicas dos ramos de atividades qualificadas do processo produtivo, internalizem competências para manipular os processos que são intervenientes nas ordenações produtivas específicas, bem como para agir criticamente nos processos organizados de transformação das relações de produção e sociais.

O profissional precisa aprender a posicionar-se crítica e criativamente perante as situações

não só de sua atividade, mas de sua vivência na comunidade. Isso ele precisa aprender, tanto na escola como na comunidade, através da participação ativa na formação e na tomada de decisões, deixando de ser um executor mecânico de tarefas mais ou menos robotizadas. Temos o pronunciamento de Rachid (1979, p. 12), num trabalho apresentado ao Cenafor:

A coordenação, a supervisão e o controle das atividades que visam à preparação da mão-de-obra são imprescindíveis e devem constituir não só um conjunto de ações integradas a objetivos e planos mais amplos, como também meio de racionalização do trabalho, com vistas à sua maior produtividade.

A racionalização do trabalho é importante, contanto que a pessoa envolvida participe ativamente e não seja apenas objeto de administração e manejo, mas sendo considerada e tratada como pessoa humana, merecedora de todo respeito. Assim se pronuncia Kuenzer (1988, p. 83):

Não obstante a constatação de que o trabalhador produz saber através das relações sociais, é preciso ter claro que a educação escolar é uma mediação importante na supressão prática e material da exploração. Em função deste reconhecimento, é preciso avançar na construção de novas formas de relação entre trabalho e escola, com vista à constituição da cidadania.

A cidadania é, hoje, um dos pontos mais discutidos, tanto na escola como fora dela. Não se constitui cidadania, alheando o cidadão das decisões sobre sua própria vida e atividade. A cidadania não é apenas política, mas social, profissional, comunitária, pessoal. O trabalhador precisa levar da escola mais do que um mero conhecimento teórico-prático de uma profissão, mas a capacidade de atualizar-se continuamente, para construir sua própria vida atendendo às necessidades e exigências renovadas da vida. A própria sociedade, especialmente os empresários, pouco se interessam ou ajudam na formação desses profissionais. Querem recebê-los prontos, sem investirem nada neles. Se não existem laboratórios mais atualizados, por que as empresas não põem à disposição, por algum tempo, as suas instalações, para que os alunos possam praticar na realidade do trabalho de todos os dias?

Mas há um fator que não pode ser considerado: a escolha da profissão. Há gente que ingressa num curso profissional não porque tenha aptidão ou propensão, mas por outras razões, inclusive pressão familiar e social.

Muitas vezes, porém, são outros fatores incontroláveis pelo optante, por exemplo, a inexistência de outro tipo de escola na região, não deixando lugar à opção. Há também as famílias “tradicionais” que têm clara preferência por certas profissões que dão mais *status* ou prestígio, mesmo que não cheguem os formados a exercer a profissão aprendida.

Há outra variante muito importante. Dificilmente um adolescente, ao ingressar no 2º grau, tem clareza sobre o rumo profissional que deverá tomar sua vida. Daí a necessidade de uma profunda e esclarecida sondagem de aptidões no ensino de 1º grau, bem como o acompanhamento diuturno e sistemático durante a realização de seu curso, inclusive para reorientação da sua opção. Esse retardamento da definição da área específica de trabalho, em muitos casos, será necessário ou até indispensável.

É claro que a função da escola é diferente daquela da empresa, na preparação para o trabalho e a profissão:

Diferente das empresas, a formação para o trabalho na escola deve situar-se em outra esfera de necessidade: as do trabalhador e da conquista da cidadania. Esta deve ser compreendida não apenas como um direito legal, ou mesmo dependente de mecanismo de regulação da vida profissional, mas como participação efetiva do trabalhador nos instrumentos de poder que orientam as opções para a produção da riqueza social. Enfim, trata-se de pensar um tipo de educação geral ou profissionalizante na escola pública de 2º grau que não sirva apenas de instrumentos do capital ou de mecanismo de legitimação do Estado, mas que sirva, principalmente, de instrumentos de emancipação política, econômica e cultural daqueles que trabalham (Franco, 1988, p. 45).

É a preocupação com a formação da pessoa do trabalhador como cidadão que deve presidir à formação do profissional, sem esquecer que o cidadão é uma pessoa, com suas dimensões pessoais, sociais, intelectuais, morais e espirituais,

bem como psicossomáticas. Pertence à cidadania da pessoa a sua emancipação política, econômica e cultural, para a participação ativa e criativa na sociedade e na sua comunidade.

Concluindo esta análise teórica sobre a Preparação para o Trabalho, utilizamos as palavras do “Grupo de Estudos sobre a Preparação para o Trabalho”, reunido em Ijuí (RS), com a coordenação da 36ª DE:

A preparação para o trabalho precisa ser questionada no seu sentido político, como também ser definido a que tipo de homem e sociedade queremos preparar. Deverá ensejar uma ação integral envolvendo os que de fato serão atingidos por ela, como também a instrumentalização do professor, fazendo com que mais do que nunca sua consciência profissional aflore, se sinta responsável, comprometido com o processo. Como será feito? Se a questão é mais política do que social? Quais são os valores que irão nortear estas propostas? Propomos para tanto uma ação baseada na pedagogia das possibilidades. Entendemos que a mesma se baseia na crença de que toda pessoa é possuidora de capacidades, necessita sair de si mesma, criando um ambiente propício interagindo com o grupo em que atua (RS, 27ª DE, 1984, cap. 4).

É preciso incentivar a tecnologia, através da ciência e da pesquisa, e difundi-la através do ensino. Mesmo que não possamos ainda dispor de tecnologia de ponta, requer-se que se faça chegar ao povo, e especialmente aos educadores, maiores conhecimentos nos ramos técnico, científico e tecnológico. A escola tem grande papel nesta divulgação, mas, para isto, ela precisa estar preparada, tanto como instituição como pelo preparo de seus professores.

## ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados foram levantados por meio de questionários estruturados, aplicados a professores, alunos e dirigentes, além de entrevistas semi-estruturadas com dirigentes escolares, sindicais e de outras entidades. Esses dados foram tratados de maneira variada, para obter a maior compreensão possível do seu significado. As escolas foram das redes estadual, particular e do Senai.

## Considerações específicas

Na 2ª Região Escolar existem 18 escolas técnicas que oferecem um total de 35 cursos, distribuídos nos setores primário, secundário e terciário. Entretanto, apresenta alguns problemas em relação à educação e formação profissional, como a falta de recursos humanos e tecnológicos, sendo que as escolas que estão no Plano Piloto (Plano Estadual) vão suprimindo, gradativamente, estas faltas.

Este quadro parece apresentar uma significativa alteração no processo histórico brasileiro. Se antes eram as classes populares que procuravam as escolas técnicas, hoje são, em grande parte, os filhos de classes mais privilegiadas, o que também deve ser visto como um problema, pois não oportuniza a qualificação profissional aos menos favorecidos. A formação profissional em 2º grau poderá desafogar o problema da falta de oportunidade no ensino superior, especialmente na área da formação profissional e técnica.

É muito importante considerar a integração entre a escola e o futuro campo de trabalho, recursos humanos e tecnológicos, o currículo adequado e noção dos conhecimentos necessários para a profissão.

Constatamos que 54% dos professores e 46% dos alunos responderam que a escola oferece boa formação profissional para o ingresso imediato na força de trabalho.

Professores e alunos consideram que há equilíbrio entre as disciplinas profissionais e gerais. A tendência pedagógica predominante, segundo alguns dos respondentes, é a tecnicista, por se preocupar predominantemente com as disciplinas profissionalizantes. O setor primário tem apenas uma escola agrícola que oferece os cursos de formação de Técnico Florestal e de Técnico em Agropecuária, atendendo à clientela de diversas regiões do Estado em regime de internato.

No setor da saúde, a região apresenta apenas uma escola (da rede privada) que oferece o Curso Técnico em Enfermagem de 2º grau, mas não há muita procura pelo curso, e grande parte dos alunos o abandonam. Na entrevista com a

coordenadora do curso, a falta de candidatos é atribuída ao alto custo, tanto para os alunos como para a instituição.

As deficiências de algumas destas escolas técnicas de 2º grau são reais. Nas escolas públicas que não estão no Plano Piloto, os recursos materiais estão defasados e não condizem com o que o aluno encontrará no mercado de trabalho. Nas escolas públicas que estão no Plano Piloto, observamos um ambiente de entusiasmo, com a chegada de recursos humanos, materiais e financeiros.

No setor terciário, os cursos de Contabilidade e Secretariado são oferecidos em grande parte nas escolas privadas (seis) e apenas dois em escolas públicas.

Os formados no único curso de Técnico em Instrumento Musical são logo absorvidos pelas orquestras da Capital e da Região. Este curso funciona de maneira original: a parte teórica é desenvolvida na escola, mas a parte do instrumento propriamente dita o aluno estuda por sua própria conta.

No referente à formação profissional, detectou-se que nem sempre ocorre o acompanhamento dos alunos de forma adequada, pois poucas escolas têm como pré-requisito o teste vocacional, e o primeiro grau cursado pelos alunos pouco ou quase nada, atua no sentido do desenvolvimento das aptidões; mesmo que durante o curso seja possível ao aluno mudar de habilitação, não há uma estrutura de acompanhamento das habilidades dos alunos. As formas de acompanhamento mais comuns são as aulas práticas e avaliações em sala de aula. Os instrumentos de avaliação mais comumente utilizados pelo professor são os trabalhos individuais, trabalhos em grupo e verificações escritas.

Outro problema constatado é o da desistência. Os diretores, nas suas entrevistas, apontaram a existência dos supletivos como uma das causas da evasão, especialmente no noturno.

Constata-se a falta de profissionais com formação específica nas escolas técnicas. Quando escola e empresa se unem, há uma



adaptação do currículo às características da profissão, atendimento adequado às necessidades do mercado de trabalho e adaptação do currículo à realidade do trabalho.

Alunos e professores relataram que o ensino técnico tem por objetivos principais o treinamento profissional, aquisição de técnicas específicas para a realização de um determinado tipo de trabalho, bases de conhecimento que permitirão readaptar-se às mudanças do mundo do trabalho, o aperfeiçoamento do homem, socialização do indivíduo e preparação para o emprego imediato.

A carência de habilitação dos professores procura ser sanada através dos cursos de Esquema 1 e Esquema 2, oferecidos pelas universidades da Região aos professores das escolas técnicas.

O número de professores não habilitados para a área técnica na 2ª Região Escolar, conforme quadro fornecido pela Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul (SEC, 1989), é bastante significativo, uma vez que totaliza 165 professores.

Em relação à qualificação de mão-de-obra, há maior preocupação na formação de técnicos com mais altos níveis de instrução nos ramos considerados mais necessários à 2ª Região, tais como em química, mecânica, calçados e curtimento, visando ao atendimento das indústrias nesses setores.

Há três escolas e cursos técnicos de 2º grau desenvolvidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) na Região. Essas escolas parecem corresponder aos interesses das empresas e indústrias que mantêm o Senai. Constatou-se a existência de repasses financeiros nacionais e estrangeiros, mediante convênios firmados com os Ministério do Trabalho, das Relações Exteriores, do Interior e da Educação. Esses recursos são aplicados no custeio de projetos governamentais, desde o treinamento de pessoal até a construção e equipamento de unidades operacionais espalhados por todo o Brasil e que beneficiam diretamente a comunidade.

Na rede Senai, as escolas apresentam uma estrutura diferenciada de organização, contando

com uma equipe de professores cuja maioria atua em sistema de dedicação exclusiva, tendo salários com índices mais elevados que os professores dos demais sistemas. De acordo com as entrevistas, o Senai se preocupa muito com o desempenho dos profissionais que atuam nas escolas, mantendo serviços de Supervisão e Orientação integrados com a atuação docente e voltados para a qualidade do técnico a ser formado. É importante destacar-se os baixos índices de evasão e reprovação.

A procura por cursos técnicos é muito grande, o que acarreta uma insuficiência de vagas nas escolas. Os diretores chamam a atenção para o fato de que nem todos os cursos das escolas técnicas podem ter aumento de vagas, uma vez que muitos deles se preocupam com o futuro mercado de trabalho. São solicitados novos cursos, como: Informática, Técnico em Construção Civil, Segurança do Trabalho, Metalúrgica, Fabricação de Componentes, Técnico em Contabilidade, Técnico em Administração de Empresas.

Novo Hamburgo, Estância Velha, Campo Bom e Sapiranga são cidades que têm por base a produção de couro e seus derivados, atendendo tanto ao mercado interno quanto ao mercado externo, e grande parte das escolas técnicas respondem a esta característica. O setor metalúrgico, do qual São Leopoldo é uma das grandes expressões, explica a existência de escolas a ele direcionadas. As indústrias químicas da Região provocaram o surgimento da escola Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha, da escola de Montenegro e da E. E. de 2º grau São João Batista. Essas escolas informam que seus alunos não têm problema para ingressar no mercado de trabalho. Destacamos que o Pólo Petroquímico, localizado em Triunfo, mesmo não pertencendo à 2ª Região escolar, absorve grande quantidade de técnicos. Desta forma, podemos concluir que os cursos oferecidos pelas Escolas Técnicas, em nível de 2º grau, na 2ª Região Escolar, estão dentro da realidade socioeconômica da Região.

A evasão tem como uma das principais causas as dificuldades de aprendizagem (mais acentuadamente no turno da noite) e a falta de aptidão para o curso. Pode-se atribuir grande parte disso à falta do teste vocacional

como pré-requisito para a entrada do aluno no curso técnico, na maioria das escolas. Quando estes testes ocorrem, o aluno demonstra não ter feito sondagem de aptidões anteriormente. Alunos, professores, empresas e sindicatos constataam a necessidade de mais recursos financeiros, materiais e humanos para as escolas técnicas. Observamos falta de integração entre empresa-escola, escola-empresa e dessas com sindicatos patronais e de operários. As escolas muitas vezes não sabem que tipo de profissional as empresas necessitam, e estas não têm conhecimento do profissional formado.

Entre os sindicatos de trabalhadores que mantêm alguma integração com as escolas, os principais são: metalúrgicos, eletricitários, calçadistas, Sintargs, sindicato dos curtumes, sindicato das empresas florestais. Essa integração é circunstancial. Conforme entrevistas, há desconhecimento da realidade educacional por parte dos sindicatos no que diz respeito à escola técnica.

A colaboração dos sindicatos, na visão da pequena porcentagem de respondentes, consiste em fazer pesquisas e oferecer dados sobre o mercado de trabalho e divulgar a legislação, quando solicitados.

O estágio é uma das formas de integração entre escola e comunidade, ocorrendo, na maioria das vezes, no final do curso. Em reduzido número de escolas ocorre durante o curso. O estágio é considerado importante, porque oportuniza revisão de aprendizagem e permite o contato com a realidade profissional antes de concluir o curso.

A integração dos estágios com a empresa é promovida principalmente pelas partes interessadas: pela escola e empresa, pelo supervisor de estágio, pelo estagiário, pelo CIEE e outros intermediários de estágio. Os sindicatos patronais e dos trabalhadores não participam da integração escola-empresa através de estágios.

A integração ocorre através de visitas, que proporcionam troca de idéias visando à adaptação do currículo às necessidades da profissão.

As empresas vêem no estagiário a oportunidade de preparar melhor o futuro profissional

de sua empresa, além de preparar um bom profissional. Entretanto, ainda uma pequena parcela vê o estagiário como mão-de-obra barata.

A avaliação do estagiário em relação ao seu nível de desempenho durante o estágio é determinada principalmente pela escola juntamente com a empresa, pelo supervisor do estágio da escola, pelo supervisor da empresa seguido pelo professor da classe. Os instrumentos utilizados na avaliação do estágio são, predominantemente, os relatórios dos alunos e o acompanhamento direto. Os critérios que predominam nessa avaliação são o conhecimento específico e o desempenho dos alunos. Raramente acontece o encontro dos supervisores para debater problemas relativos ao estágio.

## CONCLUSÃO

A pesquisa realizada permite-nos tirar algumas inferências. Para o exercício eficiente de uma profissão é necessária a preparação específica, que pode ser oferecida pela escola, contanto que ela se enquadre nas características da clientela, da comunidade e da Região.

Para que essa formação seja adequada, necessita-se de um quadro de professores competentes e bem preparados, bem como de aparelhagem atualizada, seja na escola, seja na comunidade e nas empresas. Na formação do técnico não se deve descurar da integralidade da sua personalidade: ser uma boa pessoa, um técnico competente e um cidadão participante.

Na feitura das leis, os legisladores deveriam partir da realidade nacional, dos valores éticos, sociais, culturais, econômicos e tecnológicos presentes e desejáveis no País. Na votação definitiva da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, deveriam os nossos representantes ter em mente a nossa realidade e as nossas necessidades.

A formação de técnicos deve ser valorizada devidamente, tanto pelas escolas como pela comunidade (sindicatos, empresas), realizando um trabalho conjunto entre as instituições. A formação e aperfeiçoamento dos técnicos devem interessar tanto à escola como à comunidade e às empresas.

Para se viabilizar uma boa formação, é necessário que se disponha de bons professores, com formação que atenda às necessidades específicas de educadores e técnicos. Para melhor encaminhamento e aproveitamento dos futuros técnicos, é necessário que se faça uma real sondagem das aptidões, de forma ampla e específica, bem como o acompanhamento sistemático e avaliativo durante o desenvolvimento do curso, propiciando experiências variadas de estágios, debates e exercícios práticos em empresas do ramo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORRERO CABAL, Alfonso S. J. *Las universidades en Africa y Asia: India, Israel, Japón. Montevideo: Universidad Católica de Uruguay "Damaso Antonio Larrañaga", 1991-1992. Anexo II. Seminario General Internacional.*

BREJON, Moisés. *Recursos humanos, ensino técnico e desenvolvimento: uma perspectiva brasileira. São Paulo: Pioneira, 1968.*

CASTRO; FLETCHER, Philip. *Ensino e mercado de trabalho: a situação do jovem no Brasil. Brasília: Ipea, 1985.*

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). *Parecer nº 76 de 10 de fevereiro de 1975. O ensino de 2º grau na Lei nº 5.692/71. [S.I.]: Maximus, 1975.*

FALKENBACH, Jorge et al. *Plano da educação no Rio Grande do Sul: uma proposta. Ijuí: Ed. Unijuí, 1989. 146 p.*

FRANCO, Maria Aparecida C. *Fábula da Nova República: criação de duzentas escolas técnicas. Cadernos Cedes, São Paulo, n. 20, p. 36-49, 1988.*

KUENZER, Acacia Zeneida. *A pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1985.*

\_\_\_\_\_. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988.*

LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Rio de Janeiro: AEC, 1968. (Coleção AEC, 12).

MARCOVITCH, Jacques (Coord.). *Administração em ciência e tecnologia. São Paulo: Edgar Blücher, 1983.*

NEGRO, Mazé Rio. *Cefert forma tecnólogos e professores. Perspectiva Universitária, Rio de Janeiro, maio 1990.*

PARO, Vitor Henrique. *Escola profissional. São Paulo: Cultrix, 1983.*

PEREIRA, Maria Ivani. *A profissionalização do ensino médio brasileiro: da proposta legal a sua implantação. Educação em Debate, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 116-124, jan./jun. 1982.*

SEMINÁRIO MICRORREGIONAL SOBRE POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1., 1989. *Anais... São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1989.*

RACHID, Cora Bastos de Freitas. *A qualificação profissional: um estudo de competência. São Paulo: Cenafor, 1979.*

RIO GRANDE DO SUL. 27ª Delegacia de Educação. Grupo sobre Preparação para o Trabalho. *Preparação para o trabalho. Ijuí: 36ª DE, 1984.*

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. *A educação para o trabalho e as habilitações profissionais no ensino de 2º grau. São Paulo: Cenafor, 1978. 46 p.*

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. *Educação, escola, trabalho. São Paulo: Pioneira, 1984.*

TEJO, Limeira. *O grande problema. Zero Hora, Porto Alegre, 4 maio 1990.*

PREPARAÇÃO para o trabalho no ensino de 1º grau. 5. ed. Porto Alegre: Sagra, 1986. ZH na sala de aula.